



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Estudo de Gênero e Feminismo:

uma análise bibliométrica da revista estudos feministas

Gislaine Imaculada de Matos
Ely Francina Tannuri de Oliveira

Como citar: MATOS, G. I. de.; OLIVEIRA, E. F. T. de. Estudo de gênero e feminismo: uma análise bibliométrica da revista estudos feministas. *In*: ALVES, M. A.; GRÁCIO, M. C. C.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (org.). **Informação, conhecimento e modelos**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 285-298.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2017.978-85-86497-29-2.p285-298>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

ESTUDO DE GÊNERO E FEMINISMO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA *REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS*

Gislaine Imaculada de Matos
gislaineisa@gmail.com

Ely Francina Tannuri de Oliveira
etannuri@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo geral analisar a produção científica acerca do tema “Feminismo e Estudos de Gênero”, por meio da aplicação de indicadores bibliométricos, aos artigos publicados entre 2001 e 2014, no periódico *Revista Estudos Feministas* (REF), da UFSC, de modo a dar visibilidade à frente de pesquisa do tema em questão.

Como objetivos específicos, pretende-se identificar e analisar as tendências presentes na comunidade científica acerca dos temas abordados pelo periódico estudado, criando um mapeamento de sua produção científica, com base nos seguintes indicadores: autores mais produtivos, gênero dos autores, origem geográfica/institucional dos autores e indicadores de citação.

Justifica-se esta pesquisa, na área em questão, pelo interesse acadêmico adicionado à curiosidade em descobrir como a temática “Feminismo e Estudos de Gênero” vem sendo estudada e pesquisada no Brasil, visto a escassa existência de pesquisas dessa natureza. Partindo dessa motivação, observou-se que ainda existem questões obscuras, não explicitadas sobre a temática, especificamente dentro da área de Ciência da Informação. Segundo Beleli (2013), há debates na área acadêmica sobre a pertinência, a importância e o reconhecimento da pesquisa a respeito do feminismo, tema que se constitui em desafio para os pesquisadores da área.

Utilizaram-se como fonte de dados as edições da *Revista Estudos Feministas* (REF), disponível no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), desde 2001, totalizando uma massa documental de 249 artigos, durante o período analisado (2001-2014). Assim, como fonte de dados, foi adotada a

base de dados *SciELO*, destacando-se que, no ano de 2004, houve um “número especial” que não está sendo contabilizado, pelo fato de ser um número fora do padrão de publicação da revista – no estilo dossiê.

Nesse período, apresentaram-se 337 autores, os quais, por sua vez, citaram 5.309 autores, produzindo uma média de, aproximadamente, 21 citações para cada um dos 249 artigos.

Após a coleta dos dados, estes foram organizados segundo os indicadores em estudo, com o uso do *Microsoft Excel*, e apresentados em tabelas e gráficos, com a respectiva análise contextual, exposta no capítulo relativo à análise dos dados.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 FEMINISMO E ESTUDOS DE GÊNERO

Durante vários séculos, as mulheres foram excluídas sistematicamente da possibilidade de receber instrução profissional, de ter acesso ao conhecimento, de votar, entre tantos outros impedimentos e limitações, sendo que alguns deles seguem até os dias atuais, como, por exemplo, o fato de que ainda são objetos de discriminação nos seus locais de trabalho, além de vítimas frequentes da violência doméstica e sexual. A partir do século XX, especialmente entre os anos 1930 e 1970, surgem movimentos organizados por mulheres, incluindo os movimentos feministas, com a formação de grupos de acadêmicas que começaram a problematizar a produção do conhecimento em função de um viés crítico, gerando os estudos feministas (*feminist studies*) ou os estudos de mulheres (*women studies*).

No Brasil, o movimento feminista principiou no fim do século XIX, com a chamada “primeira onda”. Assim como em outros países, as reivindicações tinham como objetivo principal o direito ao voto (sufrágio feminino) e à vida pública (como o direito ao trabalho sem a permissão do marido). Segundo Costa (2005, p. 6), com a conquista ao voto em 1932, o eleitorado feminino passou a ser um público alvo dos partidos políticos.

O avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo de interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a

criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias. (COSTA, 2005, p. 16).

A chamada “segunda onda” começou nos anos 1970, quando os movimentos reivindicatórios, em todos os setores e em âmbito mundial, criaram ambientação favorável ao movimento feminista. As mulheres brasileiras lutaram contra a ditadura militar, sendo que, em 1975, formou-se o Movimento Feminista pela Anistia. Além disso, as feministas buscavam nessa época o direito ao prazer e a se vestirem como queriam, sem julgamentos. Foi nos anos 1970 e 1980 que surgiu o biquíni com “top cortininha”, calcinha de lacinhas nas laterais, o “asa-delta” e o fio dental, que rapidamente viraram moda nas praias. Também lutavam contra a violência sexual e pela valorização do trabalho das mulheres.

Na “terceira onda”, que se iniciou na década de 1990, segundo Ribeiro (2014),

[...] começou-se a discutir os paradigmas estabelecidos nas outras ondas, colocando em discussão a micropolítica. Apesar de que, as mulheres negras estadunidenses, como Beverly Fisher, já na década de 70, começaram a denunciar a invisibilidade das mulheres negras dentro da pauta de reivindicação do movimento. No Brasil, o feminismo negro começou a ganhar força no fim dessa década, começo da de 80, lutando para que as mulheres negras fossem sujeitos políticos.

Sobre a epistemologia feminista, Fox e Olson (2012, p.79) assinalam que os movimentos feministas possuem perspectivas distintas dentro do próprio feminismo, como, por exemplo, os recortes de raça e classe, e aconselham a usar o plural “movimentos feministas” ou “epistemologias feministas”, de forma que toda a variedade de abordagens seja reconhecida. Dessa maneira, citam-se aqui algumas vertentes feministas:

1. Feminismo radical: O feminismo radical considera que, para libertar as mulheres, é necessário derrotar o patriarcado. Isso só seria possível se as mulheres adquirissem o controle sobre a reprodução (PISCITELLI, 2002, p.4).
2. Feminismo negro: A mulher negra sofre dupla opressão (por ser mulher e negra). Assim como o transfeminismo, o feminismo negro surge

da ideia de que a mulher negra não é representada pelos outros feminismos, produzindo um debate mais profundo sobre raça e gênero. Inclui pautas como o genocídio da juventude negra, intolerância religiosa e a valorização das religiões de matriz africana.

3. Transfeminismo: Voltado especialmente às questões de transgêneridade, o transfeminismo surge do feminismo negro, visto que as mulheres trans- não se sentem contempladas pelos outros feminismos, trazendo como um de seus conceitos centrais a interseccionalidade.
4. Feminismo interseccional (pós-moderno): Procura conciliar as demandas de gênero com as de outras minorias, como classe social, orientação sexual, raça, deficiência física. Esse é o feminismo que mais aceita a participação dos homens no movimento, contrariando as feministas radicais, que consideram os homens opressores por natureza. São exemplos de feminismo interseccional os já citados transfeminismo, feminismo negro e também o feminismo lésbico.

Por intermédio dos estudos feministas, surgiram os estudos de gênero, com bastante influência de pesquisadores estadunidenses, que desenvolveram um conjunto de conceitos relativos aos estudos feministas e de gênero. No Brasil, tanto o movimento quanto os estudos feministas e de gênero se intensificaram, na década de 1970, estando sempre articulados com outros movimentos sociais e populares da época, os quais iam desde a luta por moradia e melhores condições de vida das mulheres, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades, somados aos movimentos políticos, incluindo anistia aos presos políticos, luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país, do movimento dos homossexuais e diferentes minorias.

Salienta Ribeiro (2014):

Simone de Beauvoir já havia desnaturalizado o ser mulher, em 1949, em *O Segundo Sexo*. Ao dizer que “não se nasce mulher, torna-se”, a filósofa francesa distingue entre a construção do “gênero” e o “sexo dado” e mostra que não seria possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados. A divisão sexo/gênero funcionaria como uma espécie de base que funda a política feminista partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído como algo que se impõe à mulher assumindo assim um aspecto de opressão. Essa base fundacional dual foi o ponto de partida

para que a Butler questionasse o conceito de mulheres como sujeito do feminismo, realizando assim uma crítica radical a esse modelo binário e empreendendo uma tentativa de *desnaturalizar* o gênero.

Ainda sobre gênero, Bufrem e Nascimento (2012, p.201) enfatizam que, “[...] embora ainda utilizado como sinônimo de sexo, nas ciências sociais, o termo gênero expressa as diferenças construídas socialmente, independentemente de qualquer base biológica.”

2.2 A REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS

A *Revista Estudos Feministas* (REF) é um periódico indexado, interdisciplinar, de circulação nacional e internacional, que tem como objetivo publicar artigos, ensaios e resenhas que apresentem reflexões teóricas consistentes e inovadoras, com bibliografia atualizada, ampliando as fronteiras dos debates acadêmicos no campo dos estudos feministas e de gênero e instrumentando as práticas dos movimentos de mulheres. O exemplar número zero da *Revista Estudos Feministas* foi publicado em 1992. Desde então, a REF tornou-se uma referência obrigatória para todas(os) que trabalham no campo dos estudos de gênero e no feminismo.

Destaca-se a relevância do periódico em relação à comunidade científica da área específica em Feminismo e Estudos de Gênero, conforme é possível observar pelos conceitos A1 e A2 que obteve, na última avaliação CAPES (2014), nas áreas de História, Educação, Antropologia/Arqueologia, Letras/Linguística, Psicologia e Sociologia, conforme quadro abaixo, que mostra os conceitos do Periódico *Revista Estudos Feministas*, na atual classificação.

Quadro 1 - Conceitos do Periódico Revista Estudos Feministas no último evento de classificação Qualis CAPES (2014).

Periódicos			
ISSN	Título	Área de Avaliação	Classificação
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	A1
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	B1
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	B2
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I	B1
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	EDUCAÇÃO	A1
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	GEOGRAFIA	B4
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	HISTÓRIA	A1
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	LETRAS / LINGUÍSTICA	A2
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	PSICOLOGIA	A2
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	SAÚDE COLETIVA	B3
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	SERVIÇO SOCIAL	B4
0104-026X	Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	SOCIOLOGIA	A2

Fonte: Plataforma Sucupira/Periódicos Qualis.

É considerada uma revista de Qualis A1 ou A2, em Antropologia, Educação, História, Letras, Psicologia e Sociologia, portanto, em seis grandes áreas das Ciências Sociais e Humanas, garantindo-lhe, assim, uma posição robusta dentro da área.

Considere-se ainda que a influência do tema feminismo, na produção acadêmica brasileira, data desde a criação das primeiras universidades no Brasil. Todavia, foi somente nos anos 1980 que surgiram, nas universidades, núcleos de estudo sobre a mulher, sob a inspiração do modelo norte-americano *Women's Studies*.

Nessa mesma década, as proposições de encontros nacionais sobre saúde, sexualidade e direitos reprodutivos contribuíram para criação de Programas de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Incrementa-se, na década seguinte, anos 1990, os estudos de gênero, quando emergiam, especialmente nas Ciências Sociais e Humanas.

Desde esse tempo, multiplicam-se os grupos de pesquisa, grupos de estudo e comunidades de bairro, os quais procuram estudar e se aprofundar na temática, não só teoricamente, mas liderando movimentos compostos por mulheres, com anseios e objetivos tanto reivindicatórios quanto

políticos e sociais mais amplos. Segundo Aquino (2006), sua pesquisa revelou a existência de 131 grupos de pesquisa em 18 áreas do conhecimento, com, pelo menos, uma linha de pesquisa em “gênero e saúde”.

2.3 AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

De acordo com Mugnaini, Carvalho e Campanatti-Ostiz (2006), “[...] para se entender a evolução de determinado campo da ciência, como forma de expressão do conhecimento humano produzido, são utilizadas técnicas de medição. A ciência que mede a Ciência é denominada Cientometria [...]”, que, apoiada em indicadores métricos, estabelece medidas e indicadores que permitem traçar um perfil da produção do conhecimento, quer em âmbito local, quer nacional ou internacional, de uma área, grupo ou instituição. A partir da metade dos anos 1990, verifica-se um crescimento contínuo dos estudos que utilizam metodologias quantitativas e indicadores que se prestaram a mensurar a produção científica, nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Considerando que, segundo Gracio e Oliveira (2011, p.251), “[...] a produção científica é o conjunto de publicações geradas durante a realização e após o término das pesquisas por um pesquisador, grupo, instituição ou país, nas diferentes áreas e registradas em diferentes suportes [...]”, a utilização de indicadores bibliométricos torna-se uma importante ferramenta para avaliação da produção científica.

Spinak (1998, p.144) afirma que

[...] a atividade científica deve ser analisada e interpretada dentro do contexto social em que está inserida, uma vez que as avaliações de desempenho científico devem levar em conta o contexto social, econômico e histórico da sociedade em que se aplicam, não podendo, assim, ser medida em escala absoluta.

Assim, o autor propõe utilizar indicadores bibliométricos para a avaliação da atividade científica, com base na análise dos dados de forma contextualizada, à luz da realidade de cada comunidade científica. Logo, os indicadores devem ser gerados a partir das especificidades de cada grupo onde serão usados.

Dentro da imensa gama de indicadores bibliométricos, aqui serão empregados os indicadores de produção e de citação. O primeiro avalia quantitativamente a produção dos diversos países, autores ou instituições, enquanto o segundo analisa quem são esses produtores do conhecimento, nesse caso, quem os autores citam em suas pesquisas, isto é, em quem se baseiam e se fundamentam.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com a massa documental de 249 artigos e o total de 337 autores, verificou-se que apenas 22 deles voltaram a publicar novamente no periódico (menos de 7% do total), o que determinou a quantidade de autores mais produtivos. Fez-se o corte naqueles que publicaram pelo menos dois artigos, constituindo-se os 22 autores mais produtivos, focalizados na Tabela 1.

Tabela 1 - Autores mais produtivos da Revista Estudos Feministas (2001-2014)

Autor	Artigos na REF
Monteiro, Simone	4
Fonseca, Claudia	3
Klein, Carin	3
Meyer, Dagmar Estermann	3
Miguel, Luis Felipe	3
Nardi, Henrique Caetano	3
Arán, Márcia	2
Biroli, Flávia	2
Campos, Carmen Hein de	2
Heilborn, Maria Luiza	2
Luna, Naara	2
Mariano, Silvana Aparecida	2
Marques, Teresa Cristina de Novaes	2
Moutinho, Laura	2
Nascimento, Alcileide Cabral do	2
Pereira, Cláudia da Silva	2
Pinho, Osmundo de Araújo	2
Pocahy, Fernando Altair	2
Sánchez Medero, Gema	2
Scott, Joan W.	2
Stolke, Verena	2
Tiburi, Marcia	2

Fonte: Elaborado pelas autoras

A temática Feminismo e Estudos de Gênero, por ser interdisciplinar – como é possível observar no Quadro 1 do Qualis CAPES, onde o periódico analisado pertence a áreas do conhecimento diversas –, ainda se encontra em processo de consolidação. Isso pode ser evidenciado pelo percentual pouco significativo de autores que voltam a publicar no periódico, em relação à massa documental total, gerando publicações de diferentes autores e de forma pulverizada.

Registrou-se também que, entre os 337 autores/as, mais de 76% da autoria são de mulheres. Nos estudos de Velho e León (1998) e Bufrem e Nascimento (2012), fica evidente o árduo caminho trilhado pelas mulheres, em busca de igualdade de condições na ciência. Nas últimas quatro décadas, a presença feminina no ensino superior intensificou-se bastante, de sorte que, já em meados dos anos 1980, indicadores científicos apontaram que, mesmo em “[...] países de condições econômicas, políticas e sociais tão diversas como Estados Unidos, extinta União Soviética, Filipinas e Brasil [...]”, o percentual entre homens e mulheres aproximava-se da equidade.

Com relação à origem geográfica dos autores que publicaram na *Revista Estudos Feministas*, cerca de 30% da autoria se referem a pesquisadores/as estrangeiros/as, entre os quais a grande maioria de países da América Latina. Em ordem decrescente de produtividade, seguem os países: Estados Unidos, Argentina, Espanha, Portugal, Chile, México, Canadá, Colômbia, França, Uruguai, Austrália, Equador e Itália.

Como o periódico em questão é de publicação brasileira, o número de publicações estrangeiras é significativo, o que deve provocar maior visibilidade internacional, pelas diferentes línguas usadas nas produções submetidas à *Revista Estudos Feministas*.

Outro indicador adotado foi o índice de citação, por meio da análise de citações. Seu fundamento principal é a consideração que um artigo científico não é uma entidade solitária, mas está imerso na literatura sobre o tema. A obra de um autor se constrói sobre a produção daqueles que o precederam. Sua contribuição científica, por menor que seja, faz avançar o conhecimento na área.

Foram citados 5.309 autores, em toda a massa documental, dos quais 76% apareceram apenas uma, ao passo que o restante figurou mais de duas vezes. Esses percentuais ratificam a grande dispersão também em

relação aos autores citados, como aconteceu nos autores que produzem sobre a temática. Os que foram citados ao menos duas vezes compõem a Tabela 2.

Tabela 2 - Autores/as com pelo menos 17 citações na Revista Estudos Feministas (2001-2014).

FOUCAULT, Michel.	127
BUTLER, Judith	97
BOURDIEU, Pierre	80
SCOTT, Joan Wallach.	61
LOURO, Guacira Lopes.	38
STRATHERN, Marilyn	37
FONSECA, Claudia	31
FRASER, Nancy.	30
HEILBORN, Maria Luiza	30
HARAWAY, Donna J.	28
DERRIDA, Jacques	25
PATEMAN, Carole.	25
BADINTER, Elisabeth	22
BOZON, Michel	22
MEYER, Dagmar Estermann	22
DIEBOLT, Evelyne	21
GIDDENS, Anthony.	20
CONNELL, Robert William.	19
LAQUEUR, Thomas Walter.	19
HARDING, Sandra	18
PERROT, Michéle.	18
BEAUVOIR, Simone de.	17
HALL, Stuart	17
MIGUEL, Luis Felipe	17
PHILLIPS, Anne.	17
PISCITELLI, Adriana.	17
WELSER-LANG, Daniel.	17

Fonte: Elaborado pelas autoras

Entre os autores mais citados, destacam-se Foucault, com 127 citações, o mais citado, Bourdieu, com 80, Giddens, com 20 e outros que dão os fundamentos teóricos, filosóficos e sociológicos aos artigos. Por outro lado, Butler, vindo logo após Bourdieu, com 97 citações, Scott, com 61, Haraway, com 28, Badinter, com 22, e Beauvoir, com 17, são autoras

pioneiras no tema e que focam suas pesquisas especialmente na temática-chave do periódico: Feminismo e Estudos de Gênero.

O trabalho de Foucault mais utilizado foi o livro *A história da sexualidade*, que é dividido em três tomos, em ordem crescente, a saber: “A vontade de saber”, “O uso dos prazeres” e “O cuidado de si”. Já sobre a filósofa estadunidense Judith Butler, podemos sublinhar sua relevância nos estudos feministas e de gênero, especificamente na desconstrução do binarismo de gênero.

Ainda em destaque, impossível não citar Bourdieu, o qual, além de tratar de capital humano, social, científico, cultural, entre tantos temas enriquecedores, como o uso social da ciência, na pesquisa feminista, contribuiu com o livro *A dominação masculina*, tratando-a como uma forma particular de violência simbólica, visto que as relações de poder do homem sobre a mulher se mascaram e se infiltram despercebidamente, no nosso pensamento e concepção de mundo.

Simone de Beauvoir, com 17 citações, cujo nome é associado rapidamente com o feminismo, é importante influência da relação entre feminismo e existencialismo. Sua obra mais conhecida é *O segundo sexo*, publicação de 1949, a qual foi recebida com bastante polêmica, na época, pois não era comum abordar assuntos como sexualidades, aborto e identidades de gênero, mesmo na França do pós-guerra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao gênero dos autores, não foi surpresa constatar que a maioria é composta por mulheres, devido à prioridade de origem das discussões sobre gênero, associada ao movimento feminista, discussões estas sempre com a participação feminina.

O aumento no número de artigos publicados sobre o tema, nos últimos anos, demonstra o incremento e a frequência do contraponto no debate. Além disso, a participação de autores estrangeiros e de diferentes áreas corrobora a importância mundial dada ao estudo dessa temática, embora o volume de trabalhos ainda não seja o suficiente para fortalecer a discussão e tornar o tema de consistência maior. Afinal, conforme Bufrem e Nascimento (2012, p.212), “[...] desde tempos imemoriáveis, homens

e mulheres são segregados, única e exclusivamente, em função de fatores biológicos.”

A aplicação da análise de citação ao conjunto da obra de um grupo de pesquisadores ou temática em um dado período de tempo produz indicadores consistentes que sinalizam seu referencial teórico-metodológico. Os estudiosos destacam a contribuição dos estudos de citação, dentre as metodologias bibliométricas para a compreensão de um contexto e das relações que acontecem em uma comunidade científica. É essa a grande contribuição da análise de citação, a qual deverá ser aprofundada, porém, ação impossível de ser feita no âmbito desse trabalho.

Essa pesquisa será ainda incrementada com outros indicadores, posteriormente, como a análise de coautorias, mapeamento expandido da origem institucional dos autores e a análise das temáticas mais frequentes, que será realizada com o suporte do “Tesouro para Estudo de Gênero e Sobre Mulheres” (disponível *online*).

Espera-se que esta análise bibliométrica sirva como instrumento de avaliação para a própria comunidade científica em questão, além de estimular outras pesquisas com diferentes abordagens envolvendo a temática Feminismo e/ou Estudos de Gênero, visto que essas análises e temáticas envolvem tanto relações de poder, quanto a possível ruptura da tradição do modelo binário de gênero, nas esferas da ciência, da política, das instituições e das organizações.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, E. M. L. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, número especial, ago. 2006.
- BELELI, I. Publicações feministas: velhos e novos desafios. *Estudos Feministas*: Florianópolis, v. 21, n. 2, maio/ago. 2013.
- BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S. do. A questão de gênero na literatura em ciência da informação. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, dez. 2012.
- COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*: Niterói, v. 5, n. 2, 1. sem. 2005.

FOX, M. J.; OLSON, H. A. Feminist epistemologies and knowledge organization. In: LEE, H.; Smiraglia, R. (Ed.). *Cultural frames of knowledge*. Würzburg: Ergon, 2012.

GRACIO, M. C. C; OLIVEIRA, E.F.T. Produção e comunicação da informação em CT&I – GT7 da ANCIB: análise bibliométrica no período 2003/2009. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 248-263, mar. 2011. Disponível em <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em 29 ago. 2016.

MOORE, K. M. Women's access and opportunity in higher education: toward the twenty first century. *Comparative Education*, v. 23, n. 1, 1987.

MUGNAINI, R.; CARVALHO, T.; CAMPANATTI-OSTIZ, H. Indicadores de produção científica: uma discussão conceitual. In: POBLACIÓN, D.; WITTER, G. P.; SIVA, J. F. M. *Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação*. São Paulo: Angellara, 2006.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. M. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH - UNICAMP, 2002 (Coleção Textos Didáticos).

RIBEIRO, D. *As diversas ondas do feminismo acadêmico: os diferentes momentos dos estudos acadêmicos voltados às questões da mulher e um desafio do momento atual*. 25. nov. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>>. Acesso em: 01 de junho de 2015.

SPINAK, E. Indicadores cienciométricos. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, 1998.

VELHO, L; LEÓN, E. A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, v. 10, 1998.

